



**Universidade:
presente!**

UFRGS
PROPEAQ

XXXI SIC

CONHECIMENTO FORMACAO INOVACAO
Salão UFRGS 2019

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

Evento	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2019
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	O Programa Minha Casa Minha Vida e o direito à cidade: análise dos empreendimentos da modalidade Entidades na cidade de Porto Alegre (2009-2018)
Autor	MAÍNA TSCHIEDEL PEDROTTI
Orientador	LUCAS PIZZOLATTO KONZEN

Título: O Programa Minha Casa Minha Vida e o direito à cidade: análise dos empreendimentos da modalidade “Entidades” na cidade de Porto Alegre (2009-2018)

Pesquisadora: Maína Tschiedel Pedrotti

Orientador: Lucas Pizzolatto Konzen

Instituição de vínculo: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo:

O presente trabalho busca realizar uma análise dos empreendimentos contratados e realizados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades na cidade de Porto Alegre. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009 e regulamentado inicialmente pela Lei 11.977, para além de um programa habitacional, é, também, um programa econômico e político que, frente a um cenário de crise econômica mundial, respondeu quantitativamente, passando a ser extremamente representativo enquanto política ‘urbana’ nacional. Composto por uma série de subprogramas, o PMCMV tem sua identidade atrelada à modalidade “Empresarial”, à qual foram destinadas a quase totalidade dos recursos e, também, fundadas críticas no que diz respeito à reprodução de processos de urbanização de segregação socioespacial. No entanto, a modalidade “Entidades” do PMCMV estabelece um arranjo diferenciado para as relações entre os atores envolvidos no empreendimento: opera por meio da concessão de financiamentos a pessoas organizadas de forma associativa e sem fins lucrativos. Estas entidades associativas, por sua vez, atuam de forma direta na produção do empreendimento, realizando desde a organização das famílias e a discussão dos projetos, até a gestão da obra. Assim, sob a ótica do direito à cidade, cujos pilares remetem ao direito à moradia e ao direito à participação - pressupostos da modalidade ora estudada -, busca-se compreender como se dá a inserção urbana dos empreendimentos do MCMV-Entidades na cidade de Porto Alegre (RS) e em que medida os processos de participação previstos nesta modalidade são mecanismos que possibilitam uma melhor localização e integração das pessoas beneficiárias no espaço urbano da capital gaúcha. Para tanto, propõe-se a realização de uma pesquisa empírica e documental que, em um primeiro momento, realizará um mapeamento dos 12 empreendimentos contratados no âmbito da modalidade Entidades na cidade de Porto Alegre, no período de 2009 a 2018, analisando aspectos que permitam uma avaliação da inclusão urbana dos mesmos no que diz respeito à concretização do direito à cidade e à moradia adequada. Os dados, tais como a localização do empreendimento, a forma de aquisição do terreno, o regime urbanístico e a rede de infraestrutura, de equipamentos e de serviços públicos do local serão apurados junto ao agente operador do Programa (a Caixa Econômica Federal), e também através de ferramentas como o *site* ObservaPOA e outras bases de dados municipais. Por sua vez, a fim de melhor compreender os processos de participação e seus entraves na esfera de atuação das entidades organizadoras propõe-se, em um segundo momento, a realização de um estudo de caso a partir da experiência do Assentamento 20 de Novembro, buscando compreender, em especial, como se deu o processo de acesso à terra, considerando que, no âmbito do protagonismo possível de ser assumido pela entidade, a tarefa de escolher e de viabilizar o terreno relaciona-se diretamente à inserção urbana dos projetos (se periféricos, em zonas centrais ou de expansão). Assim, as hipóteses de pesquisa trabalhadas têm como escopo central o envolvimento das pessoas beneficiárias, no sentido de que (i) tal arranjo, que possibilita a participação mais direta, tende a incrementar um papel reivindicatório na busca por uma melhor localização na cidade, ou que (ii) o mesmo não é suficiente para superar uma lógica econômica presente na própria estrutura de regulamentação do Programa - e, de certa forma, no histórico das políticas habitacionais federais brasileiras como um todo. Dessa forma, objetiva-se analisar e contextualizar na realidade social o impacto da política pública do PMCMV-Entidades, conjunto de complexas normativas, no processo de urbanização da cidade de Porto Alegre.